



INTERCÂMBIO

A ação sobre o escrutínio da sociologia e da psicanálise: a lógica do trabalho religioso e secular e alguns de seus significados sociológicos e psicanalíticos

The action on the scrutiny of sociology and psychoanalysis: the logic of religious and secular work and some of its sociological and psychoanalytical meanings

*Gamaliel da Silva Carreiro**

Resumo: A presente reflexão busca aproximar os referenciais teóricos da sociologia e da psicanálise em torno do tema da ação humana. Tomando como referência alguns estudos de caso apresentados, indaga-se sobre a ética do trabalho e a adesão de certos sujeitos a esse estilo de vida. Retomamos as contribuições da sociologia como ciência da cultura na compreensão da ação; em especial, problematiza-se os destilados teóricos de Max Weber sobre a Reforma Protestante e a constituição de uma nova moral social em que o trabalho ocupa uma posição central na vida dos sujeitos. Conclui-se o debate apresentando os limites da explicação sociológica e os avanços que a psicanálise pode apresentar a ele. Em especial, retoma-se as reflexões sobre impulso, motivação e gozo.

Palavras-chave: Sociologia, psicanálise, ação, trabalho, impulso, gozo.

Abstract: The present reflection aims to combine the theoretical references of sociology and psychoanalysis around the human action theme. Taking as a reference some case studies presented, it was inquired about the work ethics and the admission of certain subjects to this lifestyle. It resumed the contributions of sociology as a science of culture in the understanding of the action; in particular, it discussed Max Weber's theoretical distillations on the Protestant Reformation and the building of a new social morality in which work takes a central position in the lives of subjects. The debate was concluded by presenting the limits of sociological explanation and the advances that psychoanalysis can present to the debate; in particular, the reflections on impulse, motivation, and enjoyment are resumed.

Keywords: Psychoanalysis, action, work, impulse, jouissance.

* Professor Associado do Departamento de Sociologia e Antropologia e do PPG em Sociologia da UFMA (São Luís-MA). Doutor em Sociologia (UnB, Brasília-DF). ORCID: 0000-0003-0139-7321 – contato: gamaliel.carreiro@ufma.br

Introdução

Sociologia e psicanálise, como campos do conhecimento, possuem interesses distintos e métodos de investigação diferenciados. No entanto, certos objetos de investigação são comuns aos dois campos, como, por exemplo, o entendimento da ação humana (tema caro para sociólogos e psicanalistas) e a aproximação entre as teorias que versam sobre este objeto pode se mostrar profícua e elucidativa na investigação do fenômeno. Aproximar sociologia e psicanálise em torno da compreensão da conduta humana pode revelar muito mais complementariedade do que oposições. Com o objetivo de avançar nos aspectos que ajudam ampliar a explicação é que propomos a presente reflexão.

Quais os limites da explicação sociológica sobre a ação? Até que ponto ela consegue avançar? Que elementos novos as teorias psicanalíticas conseguem corroborar no entendimento desse objeto?

Uma parte significativa das abordagens sociológicas têm como fio condutor e interpretativo — e, aqui, o pano de fundo ao qual estou me referindo passa pelos debates do materialismo histórico (infraestrutura e superestrutura), pelo peso social explicitado nas análises durkheimianas; por meio das contribuições weberianas sobre ação social e dos destilados bourdieusianos sobre as estruturas sociais (estruturas estruturantes dispostas a funcionar como estruturas estruturadas) — a explicação pela via exclusivamente social da totalidade do comportamento. Não restam dúvidas de que essas forças sociais e historicamente construídas, em parte solidificadas em instituições, valores morais, padrões éticos etc. agem sobre os sujeitos e são significativas para o entendimento do comportamento. Não obstante, elas são apenas uma das dimensões (externas) que impactam na ação. Existe um outro conjunto de forças (internas), porque não dizer fantasmáticas — que dizem respeito ao inconsciente — as quais se fazem presentes em todas as interações sociais.

Quem quer compreender o comportamento humano não pode ignorar que essas duas forças agem e interagem simultaneamente e são as responsáveis pela ação. As estruturas sociais não existem como uma coisa em si, autônoma, mas são construídas e reconstruídas diariamente, são habitadas por sujeitos que as remodelam a cada nova interação, a partir de suas energias psíquicas e em diálogo com as forças sociais.

Para Koffka (1975) a psicanálise revelou como o comportamento humano é orientado por forças desconhecidas que passam ao largo das análises sociais: “Fazemos algo para agradar X, como pensamos, mas na realidade é para nos vingarmos de Y, que não precisa estar presente nem em nossos pensamentos” (Koffka, apud Damergian, 1991, p. 67). O exemplo de Koffka revela a existência dessas forças subterrâneas, fantasmáticas, não detectáveis ou ignoradas pelas ciências sociais, e alerta para a necessidade de as investigações irem além do comportamento manifesto e das explicações exclusivamente sociais.

Neste artigo, tentaremos construir um diálogo entre sociologia e psicanálise, fazendo um esforço de evidenciar os dois aspectos fundamentais que movem a ação humana: o pulsional e o social. Dito de outra maneira, a realidade fantasmática do inconsciente que põe em movimento o sujeito movido pelo desejo e em direção ao Outro, mas não de qualquer maneira nem completamente livre, pelo contrário, pautado por forças

sociais, estruturas econômicas, políticas, jurídicas, morais e estéticas capazes de balizar as condutas.

Tomaremos como fio condutor de análise a ética do trabalho, um determinado tipo de conduta da vida, organizado e estruturado em torno de uma variável, que é a atividade laboral quase incessante, a qual acompanha muitos sujeitos ao longo de toda a vida. Como sociologia e psicanálise compreendem esse fenômeno?

Metodologicamente, a reflexão fundamenta-se em um conjunto de pesquisas realizadas nas últimas duas décadas dentro do campo religioso evangélico (Carreiro 2001-2003, 2009-2012, Silva, Carreiro, et. al. 2016-2020), do qual tivemos a oportunidade de indagar sobre o significado subjetivo do cristianismo para as populações urbanas no Brasil que declaravam filiação religiosa a este segmento religioso. As investigações foram norteadas por questionamentos como: quais os padrões éticos e morais que guiam as ações desses indivíduos na vida ordinária e qual o impacto da religião sobre tais padrões? Qual o grau de tensão, se é que existe, entre a conduta moral desses grupos declaradamente evangélicos com suas éticas religiosas e as demandas da sociedade moderna quanto a questões como trabalho, política, conduta moral, visão de mundo, entre outros temas?

O material acumulado inclui pesquisas de campo com visitas a igrejas, eventos religiosos, entrevistas semiestruturadas e conversas informais com líderes e fiéis, mas, também, aplicação de questionários na capital federal e no Maranhão. Esse material, recolhido, tem sido trabalhado estatística e teoricamente e fornecem a base empírica para as argumentações sociológicas e da psicanálise que se seguem.

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, importa salientar que optamos por não apresentar os nomes completo dos entrevistados, mas apenas suas iniciais. Isso se deve ao pedido de um deles e, por isto, é estendido a todos os que aqui são citados. As entrevistas realizadas foram anotadas e/ou gravadas com a anuência dos mesmos, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atendendo a legislação tanto da Universidade Federal do Maranhão quanto da Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão (FAPEMA), ambas em consonância com a legislação federal.

Em colaboração com a pesquisa realizada por Silva (“Agora eu Quero é Ser Patrão”), fizemos um conjunto de entrevistas com líderes e ex-líderes de igrejas evangélicas, tanto em Brasília quanto em São Luís – MA. O projeto inicial era realizar um estudo sobre trajetórias de vida analisando os caminhos e “descaminhos” de oito sujeitos (pastores e líderes evangélicos) em um espaço de tempo de aproximadamente 20 anos, uma vez que eles já haviam sido entrevistados por nós no final da década de 1990 e início da primeira década do século XXI e, novamente, na pesquisa de 2016. O que aconteceu com esses atores do campo religioso evangélico? Ainda estão ocupando posições elevadas nas hierarquias de suas igrejas? Apostataram da fé? Mudaram de atividade? Etc.

As entrevistas revelam trajetórias biográficas diversas e as ferramentas conceituais da sociologia se mostraram limitadas para a compreensão dos caminhos trilhados por eles ao longo desses anos. Daí, recorreremos ao repertório conceitual da psicanálise de modo a tentar adensar a compreensão. Os casos revelaram alguns elementos comuns, dos quais o que mais chamou a atenção foi uma certa ética do trabalho que esses sujeitos carregam. Mais do que isso, constatou-se uma alegria estampada no rosto, “impossível”

de ser escondida e que se revelou a mesma, seja nos empreendimentos seculares ou nos religiosos conduzidos por esses sujeitos. Esse regozijo pessoal só é comparável com o de certos empreendedores capitalistas quando seus investimentos econômicos trazem sucesso financeiro. Dito de outra maneira – e essa é a argumentação central que tentaremos defender aqui: a alegria/felicidade/regozijo/gozo do empreendedor secular em ver sua empresa crescer é a mesma detectada no empreendedor religioso. É como se o gozo do sucesso econômico ou o religioso fossem os mesmos e movessem os mesmos conteúdos psíquicos. Nesse caso, do ponto de vista psicanalítico, talvez não haja diferença de gozo entre o pastor que se alegra com o crescimento de seu empreendimento religioso e o capitalista com o crescimento de seu empreendimento secular. O sucesso e o gozo que ele proporciona é alcançado mediante uma conduta de vida que envolve um investimento pessoal gigantesco em atividades laborais por anos, décadas até. Como entender esse gozo que se realiza a partir do trabalho incessante, que em certos casos suplanta todas as outras dimensões da vida, levando ao adoecimento e não raro à morte? Como sociologia e psicanálise debatem esse tema?

Escolhemos apresentar quatro casos e, a partir deles, retomar o debate sociológico e psicanalítico sobre a ação. Alertamos para o fato de que os sujeitos que aparecerão aqui não estão nem estiveram em análise, o que nos impede de construir uma interpretação psicanalítica de seus comportamentos. Os casos apresentados abaixo são, portanto, ilustrativos, um ponto de partida inicial para um debate teórico sobre a compreensão da ação.

O empreendedorismo evangélico

O primeiro caso que apresento aqui é o do pastor R.S.F, que conhecemos e o entrevistamos diversas vezes durante nossas pesquisas de mestrado e doutorado no DF (2001 e 2005). Reencontramos R.S.F em 2019, em condições bem distintas.

Em 2001, o pastor R.S.F. era líder de uma igreja evangélica na cidade satélite de Guará-DF. R.S.F já estava no terceiro casamento. Tinha três filhos do segundo casamento e um do terceiro. Era um homem de aproximadamente 50 anos quando o conhecemos, em 2001, e militara na vida religiosa por décadas. Segundo ele: “Empenhei os melhores dias de minha vida na obra do Senhor” (Entrevista realizada em 10/03/2020). R.S.F transitou do catolicismo para o pentecostalismo com 22 anos e logo se interessou pela atividade pastoral. Quando jovem (ainda era menor de idade), conseguiu um emprego em uma churrascaria na capital porto-alegrense e lá permaneceu por alguns anos, chegando até o posto de gerente. Poucos meses depois de ter se convertido em uma Assembleia de Deus, afirma ter recebido de Deus um chamado para o pastorado. Em paralelo à atividade na churrascaria, começou a investir também na carreira pastoral, auxiliando o pastor da igreja local. Assumiu a liderança de jovens e pregava em cultos, dentre outras funções. “Fui ganhando experiência com meu pastor e vendo se tinha mesmo o chamado pra obra, se Deus confirmava esse chamado em meu coração”. Em certo momento da vida, R.S.F abandonou a carreira promissora na churrascaria, assumindo a liderança de uma congregação das Assembleias de Deus na periferia de Porto Alegre.

Fui tocado e virei a chave. Você sabe, né, quando o chamado vem, ah! meu irmão, não tem jeito, tem que obedecer. Minha vida era boa, estável, um casamento tranquilo, eu ganhava dinheiro lá. Meus chefes gostavam de mim, fechavam os olhos pois sabiam que o negócio deles tava em boas mãos. Eu era muito bom como gerente. Mas você sabe, né, quando recebemos o chamado, a coisa fica ali martelando, incomodando, não deixa a gente dormir. Decidi largar tudo e começar a obra do senhor. O pastorado era a minha vocação. Deus havia me mandado pra aquela obra nova e eu não podia mais recusar. Eu tinha uns 25 anos na época. (entrevista realizada em 14/10/2002).

Por muitos anos, R.S.F pastoreou igrejas no Rio Grande do Sul, especialmente na capital, mas, após uma briga com o pastor presidente da igreja-mãe, decidiu fundar sua própria igreja, tornando-se o líder de uma nova comunidade, levando muitos fiéis da congregação que pastoreava. Pouco tempo depois, R.S.F afirma ter sido convocado por Deus a sair de Porto Alegre. Migrou para São Paulo e de lá para Brasília, em 1997.

Eu não tinha nem 30 anos quando assumi meu primeiro ministério. Rapaz, você não sabe as burradas que a gente faz quando se é novo. Só a misericórdia [risos]. A vontade de fazer o reino prosperar junto com a inexperiência e aquele fogo todo no coração. Só a misericórdia. Mas, aos poucos, nós fomos acertando. (entrevista realizada em 10/03/2020).

Após uma passagem rápida por São Paulo, R.S.F migrou para a capital federal, abrindo um trabalho na cidade satélite do Guará II, onde trabalhou com sua terceira esposa e filhos, uma vez que a primeira ficara em Porto Alegre e a segunda em São Paulo. Ali iniciou novamente um trabalho, fazendo proselitismo, especialmente na região da cidade-satélite do Guará. Segundo ele, ia de casa em casa, de loja em loja, conhecendo pessoas, convidando-as a visitar sua igreja.

Acordava cedo, tomava banho, café, me arrumava e ia pregar a palavra nesses comércios do Guará I e II. Eu visitei todos esses comércios, pregando a palavra. À noite estávamos cansados, com os pés latejando, mas, mesmo assim, abria o templo e ia ver quem Deus tinha enviado pra nossa igreja. [...] O trabalho do evangelista é um trabalho incansável. A gente lança o anzol pela manhã e abre a igreja a noite pra ver o que Deus nos enviou. (entrevista realizada em 14/10/2002).

Por sete anos R.S.F foi pastor no Guará II. Conseguiu fazer prosperar e crescer sua comunidade, abriu congregações em outras cidades-satélites e até candidatou-se a deputado federal em 2002, mas não alcançou sucesso. Em 2004, novamente muda radicalmente sua vida: faz uma viagem de volta a Porto Alegre no início daquele ano, ficando por lá cerca de um mês sozinho, enquanto a esposa e os filhos administravam a igreja no DF. Após esse período, ligou para a esposa e os filhos informando que tinha adquirido uma pequena churrascaria na capital do Estado e que não voltaria mais para o DF. Esse foi o início do fim do relacionamento conjugal do R.S.F com sua esposa. Ela se manteve no DF, liderando, com os filhos, as igrejas e congregações.

Em 2022, voltamos a entrevistar R.S.F. Ele continua em Porto Alegre com sua churrascaria.

Aqui, temos que matar um leão por dia. Temos que correr atrás de nossos clientes, usando redes sociais, promoções, publicidade. À noite estou exausto, mas temos que continuar trabalhando e recebendo todos com sorriso no rosto. (entrevista realizada em 10/03/2020).

R.S.F não milita mais como pastor. Na última entrevista que fizemos com ele, em março de 2022, afirmou que não estava mais ligado a nenhuma igreja.

Não sou ateu, meu irmão, nem apostatei da fé. Apenas estou dando um tempo de igreja. Visito diferentes trabalhos por aí, principalmente no domingo pela manhã pra assistir um culto ou uma escola dominical, quando a churrascaria permite.

Porque dessa mudança de profissão, aparentemente tão radical?

Eu não aceito nem admito que ninguém me julgue. Só Deus tem autoridade de me julgar. Você acha que, se eu tivesse tomado decisão errada, Deus estaria me abençoando? Venha a Porto Alegre conhecer minha churrascaria e ver como ela é próspera. Minha decisão tem respaldo espiritual. É só isso que você precisa saber. (entrevista realizada em 10/03/2020).

O segundo caso, que apresentaremos a seguir, tem sido recorrente ao longo de nossas investigações com evangélicos nos últimos 25 anos. R.S e F.C.N se conheceram ainda na adolescência na capital maranhense, no início da década 1990. Foram objeto de atividade proselitista e aderiram a uma igreja evangélica protestante no bairro da Forquilha, na época um bairro de classe média da cidade. Ambos tinham entre 16 e 17 anos quando transitaram do catolicismo para o protestantismo. Por mais de 20 anos se dedicaram às atividades religiosas daquela comunidade. Foram líderes de adolescentes, de jovens, de casais. Assumiram cargos na liderança da igreja, pregaram, evangelizaram, gozando de grande prestígio na comunidade. Um dos momentos mais dramáticos de suas trajetórias na comunidade ocorreu em meados de 2001, quando se posicionaram contra o pastor-presidente da igreja em que congregavam, cobrando dele mais dedicação à obra, o que levou à primeira cisma religiosa daquela comunidade. O pastor foi deposto e uma nova liderança foi constituída na comunidade, com os dois sujeitos ascendendo ainda mais na liderança institucional. Não chegaram a assumir o pastorado, mas comandaram por mais de três anos a igreja e foram fundamentais na escolha da nova liderança, utilizando para isto técnicas administrativas de seleção de candidatos. Ambos já eram funcionários públicos, ocupando também elevadas posições em seus respectivos cargos. Sempre gozaram de prestígio e reconhecimento pelos seus talentos administrativos, na gestão, pela responsabilidade no cumprimento de suas atividades. Como resultado dessa carreira, desfrutavam de elevado retorno financeiro em seus trabalhos seculares e prestígio social em suas comunidades religiosas.

Onde estão estes sujeitos 25 anos depois? O que aconteceu com aquela paixão religiosa? Aquele interesse em propagar a fé protestante e ver suas comunidades se expandirem? Conseguimos reencontrá-los quando retornamos em 2009 para São Luís e conseguimos fazer longas entrevistas com os dois, além de conversas informais entre 2019 e 2022. Desde 2009, R.S ocupa cargo prestigiado em uma universidade pública do Estado, onde comanda mais de 200 pessoas diretamente vinculadas ao setor que coordena. Indagado sobre sua vida religiosa, por diversas vezes afirmou ter “esfriado na fé”.

Continuo cristão e evangélico, mas não tenho mais tempo para me dedicar às atividades da igreja. São fases da vida e eu estou em uma outra fase agora. Como você sabe, além de minhas atividades na universidade, tenho um novo empreendimento: meu restaurante, e ele me consome muito tempo e dinheiro. Mas, eu gosto. É um novo desafio em minha vida. (Entrevista realizada em 05/04/2020).

R.S abriu um restaurante em plena pandemia (final de 2019) apostando na alta gastronomia, no bairro mais caro da cidade e no setor mais exclusivo desse bairro. Fez investimentos elevadíssimos em meio à crise sanitária e econômica que afetou o país. Perguntamos: por que você escolheu ser empresário? Você já é funcionário público.

Sou administrador de empresas com doutorado na área, ministro disciplinas sobre empreendedorismo. Achei fundamental colocar as teorias aprendidas em prática de modo a ser também um exemplo para meus alunos e trazer essa nova experiência para as minhas aulas. Eu gostaria também de saber se essa minha ideia funciona. (entrevista realizada em 05/04/2020).

R.S conseguiu chegar muito longe na carreira dentro da universidade, mas, embora muito fiel ao grupo político de que faz parte, dificilmente conseguirá ser indicado para ocupar o cargo tão sonhado e desejado, que é o de reitor. Parece que a tomada de consciência desse limite na carreira no serviço público abriu caminho para novos projetos pessoais. Mas isso é apenas uma hipótese nossa.

F.C.N seguiu um caminho semelhante ao de seu amigo R.S.; não chegou a abandonar completamente as atividades religiosas, mas afirma ter diminuído bastante o nível de comprometimento com a organização. F.C.N transitou entre várias organizações até que, em 2010, com um grupo de dissidentes de uma igreja batista, fundou uma nova comunidade. A igreja é, hoje, uma das mais proeminentes da cidade, situada em um bairro de classe alta de São Luís. Ela concentra parte significativa da elite econômica protestante da capital. No período de nossa última entrevista (2020), F.C.N. já tinha se afastado de todos os cargos da instituição. Segundo ele: “Cansei um pouco das atividades na igreja, assumi outras responsabilidades no trabalho, então estou passando o bastão para os mais novos” (entrevista realizada em 22/01/2020).

Em 2014, F.C.N se tornou um pequeno empresário, também no ramo da alimentação. Abriu uma pizzaria com lojas em praças de alimentação de shopping-centers da cidade e em algumas galerias localizadas em avenidas importantes. Até o período dessa investigação, a empresa aparentemente ia bem, mesmo em meio à crise sanitária da Covid-19. F.C.N adotou estratégias diferentes para se manter no mercado, como o *delivery*, o que lhe permitiu sobreviver ao período pandêmico. Indagado sobre o motivo de investir na carreira como empresário, sendo ele um funcionário público e ainda líder na sua congregação, F.C.N afirmou ser sonho de infância a vontade de empreender.

Sempre foi meu sonho empreender. Não se trata aqui de ganhar mais dinheiro. Não que isso seja ruim, mas tem a ver comigo mesmo, com minhas questões pessoais, meus sonhos e, na época, o dinheiro deu pra fazer e foi feito.

Você acha que foi uma decisão correta?

Com certeza. Não dava pra morrer com um sonho desses sem ser realizado. [risos]... (entrevista realizada em 22/01/2020).

Os três casos aqui apresentados não são incomuns no campo evangélico. Aliás, ao longo das duas pesquisas realizadas, nos deparamos com um número significativo de líderes evangélicos que eram também empreendedores, negociantes e/ou proprietários de negócios.

Entre 2001 e 2003, nos inserimos em uma comunidade evangélica neopentecostal na cidade satélite do Guará II-DF. À época, nosso interesse era compreender a lógica de crescimento e as estratégias organizacionais da chamada “igreja em células”. Encontramos naquela comunidade um perfil pastoral que em muito se assemelhava ao de empresários. Três dos cinco líderes que comandavam a instituição atuavam em grandes empresas do DF; um deles (L.F.F), um dos filhos do pastor-presidente da igreja, merece uma descrição pormenorizada.

L.F.F ascendeu economicamente de maneira meteórica entre 2001 e 2008, dadas as suas características extraordinárias de empreendedor e um certo carisma que possuía. Quando o conhecemos, em 2001, ele era vendedor de celulares na conhecida Feira dos Importados de Brasília, localizada no Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília (SIA). Os negócios não iam bem para o proprietário e L.F.F comprou a loja de seu patrão. Em 2002, ele vendeu a loja e entrou no mercado imobiliário, inicialmente como corretor de imóveis. O sucesso foi tamanho que, oito meses depois, ele já comandava uma equipe de 12 corretores. Acreditando que poderia ir mais longe, L.F.F. deu um passo mais ousado, entrando no mercado das empresas incorporadoras, inicialmente como empregado. Em 2005, conseguiu abrir sua própria empresa incorporadora de empreendimentos imobiliários e, desde então, atua no DF com grande sucesso e elevado retorno financeiro. Voltamos a ter contato com ele por conta da presente reflexão. Ele nos informou que assumiu a direção da igreja desde 2015, gerenciando-a segundo as técnicas mais modernas de gerenciamento de empresas. Em conversa informal com seu irmão, que também se tornou pastor da igreja em 2012, embora não seja o pastor presidente:

A pegada que o L.F.F implementou desde que chegou e ousada, é gestão de resultados. Ele trouxe para a igreja o mesmo modelo de gestão que ele tem na empresa dele.

E a comunidade aceita isso normalmente?

Muitos não entendem que é pro Reino, que esse modelo ajuda a igreja a crescer e se fortalecer.

Então, muitos saíram da igreja?

Sim, mas muitos outros chegaram. Igreja é assim mesmo, uns saem outros chegam, outros ficam. Se a gente for pensar nisso, não faz nada. (entrevista realizada com D.F.F. em 15/09/2020).

Perguntado sobre os demais líderes que trabalhavam com ele em 2001, fomos informados que saíram da comunidade. “Todos os três saíram da comunidade. Acho que alguns nem na igreja mais pisam, mas continuam trabalhando em seus próprios negócios” (Entrevista 2 realizada com L.F.F em 17/09/2020).

As quatro trajetórias de vida apresentadas, mesmo que de maneira bem sucinta, revelam que o trabalho ocupa função central ou tem devorado a maior parte do tempo desses sujeitos. Os outros mundos da vida minguaram para que se ampliasse o tempo destinado ao trabalho. O sucesso ou fracasso nos negócios não é motivo para se trabalhar menos ou mais, pelo contrário, embora mais velhos e em melhores condições financeiras o tempo dedicado ao trabalho só aumentou ao longo dos últimos anos. Como entender a estruturação da vida em torno do trabalho?

A sociologia da ação

Os limites de um artigo não nos permitem uma digressão teórica que abarque toda a tradição sociológica sobre o trabalho, de modo que foi necessário realizar escolhas. Entendemos que um bom caminho para o debate é recuperar algumas das perspectivas weberianas sobre ação social e ética e trabalho e, em seguida, contrapô-las com alguns destilados da teoria psicanalítica.

Max Weber é o sociólogo da ação social e da tentativa de compreendê-la sociologicamente. Na verdade, para ele, o objeto da sociologia deveria ser prioritariamente o estudo da ação social e não os fatos sociais, como definido por Durkheim. Trata-se de um esforço investigativo empreendido pelo cientista para capturar a subjetividade individual dos atores sociais. Segundo Weber, só o entendimento das ações sociais permite ao investigador o acesso ao conjunto de significações e valorações que compõem qualquer ordem social e que, em última instância, são os construtores de todos os fenômenos humanos.

Weber (1994) parte da premissa de que a atividade humana sempre se orienta segundo algum tipo de sentido. Se não entendemos o sentido da ação, ela não se torna inteligível. Toda ação racionalmente orientada pode ser compreendida pelo investigador, e pouquíssimas ações se enquadrariam como realmente irracionais. A conduta humana, portanto, possui uma inteligibilidade intrínseca que vem do fato de que os humanos são seres dotados de consciência. Essa inteligibilidade, para o sociólogo, não é intuitiva nem precisa ser buscada na análise das estruturas psíquicas dos sujeitos, como faz a psicanálise, mas encontra-se pautada em textos, documentos, na história, nos valores e na cultura de uma época, etc. Weber (2004) estava preocupado em compreender e explicar os valores aos quais os homens aderem e as obras que construíram, motivada por tais valores. Para ele, as obras humanas são criadoras de valores ou se definem por referência a estes valores, e são eles que organizam a vida social.

Uma ação social é, portanto, uma conduta (um fazer, um permitir, omitir, etc.) dotada de sentido subjetivo socialmente compartilhado, referenciada pelas interações processadas no seio da sociedade. É sempre uma ação orientada para o outro e referenciada neste outro (um outro generalizado, um outro social). Por essa razão, as ações condicionam-se reciprocamente, conduzindo a um estreitamento da margem de opções disponíveis para os atores sociais. Em certo sentido, ela é limitada internamente pelo campo de opções plausíveis dos sujeitos e externamente pelas possibilidades e alternativas culturalmente aceitas.

Tão importante quanto a ação social é a relação social, posto que nela não interessa somente a orientação da conduta do agente conforme a de outro, mas, sobretudo, que o sentido da sua ação está condicionado pela sua orientação, relativamente, ao conteúdo significativo das ações dos outros.

Importa precisarmos o significado sociológico dos termos usados por Weber (1992, 1994) na compreensão do conceito de ação social, a começar pelo próprio conceito de compreensão. A compreensão a que Weber se refere diz respeito ao esforço do investigador de interpretar as estruturas lógicas e inteligíveis com as quais um sujeito social qualquer constrói o raciocínio com que ele mesmo explica as suas intenções na ação.

O sentido diz respeito ao significado social atrelado ao sistema cultural e de valores que influencia o sujeito a agir daquela maneira e não de outra, e que pode ser compreendido pelo investigador. O sentido subjetivo envolve motivações conscientes ou inconscientes que promovem a ação, mas, também, a inserção daquela ação efetiva no desenrolar dos acontecimentos e as consequências previstas que esta ação desencadeia.

A categoria inconsciente usada por Max Weber não tem o mesmo sentido encontrado na psicanálise. Ela sugere que os indivíduos se movem no tecido social e agem reproduzindo parte significativa dos valores culturais com que eles foram socializados, muitas vezes de modo irreflexivo. Sobre isso, Hodgson (1994, p. 33) afirma que a tomada de decisão é sempre estruturada por níveis e estes níveis partem de uma deliberação consciente. Contudo, há uma discussão intensa no campo das ciências humanas a respeito da complexidade no processo de tomada de decisão dos indivíduos. Estes sofreriam influências de processos mentais inconscientes e semiconscientes. Contra a racionalidade global da ação há uma proposta da racionalidade limitada, que ajusta a capacidade computacional limitada da mente humana (Simon, 1987, p. 75). Os seres humanos não podem processar todos os dados sensoriais num cálculo racional desprovidos de qualquer influência externa; antes, fazem uso de conceitos e experiências anteriores e, a partir de teias de relações que eles mesmos construíram e nas quais estão inseridos, tomam decisões e agem (Geertz, 1989; Bourdieu, 1996, 1987).

Se adotarmos essa perspectiva teórica, caberia à sociologia apreender o comportamento dos homens em seu contexto subjetivo e explicá-lo causalmente (causas e feitos). O princípio norteador aqui é o de chegar às raízes últimas que permitem explicar as mudanças das coisas humanas. Não obstante, não é uma análise individualista, mas social. A sociologia quer saber como os homens vivem e como se relacionam com as estruturas sociais.

Até onde foi a sociologia para responder essa questão? Quais os caminhos construídos por ela para explicar, por exemplo, a adesão de boa parte do Ocidente à ética do trabalho que alterou tanto o modo de vida de milhões de pessoas, sendo uma das variáveis mais importantes do próprio capitalismo como sistema econômico? Abaixo, apresentamos um dos caminhos da sociologia que se mostrou profícuo no último século, corroborando o entendimento da ética do trabalho e seu impacto em diversos setores da sociedade. A título de exemplificação, mostraremos o impacto dessa conduta no próprio campo religioso.

Vocação para o trabalho sob o escrutínio da sociologia

Mais uma vez, ponderamos que os limites físicos de um artigo não nos permitem fazer uma digressão histórica sobre as alterações do significado do trabalho ao longo dos séculos, em especial nos mundos grego e romano e sua posterior alteração no mundo moderno. Propomos aqui um debate dentro de um marco temporal importante, que foi a Reforma Protestante, e nas análises weberianas sobre o tema.

Os estudos weberianos sobre vocação tiveram um efeito revolucionário na sociologia econômica e no entendimento do papel dos valores éticos na conduta dos sujeitos no

mundo. É com Lutero que o conceito de vocação ganha um novo significado e com Calvino que ele será radicalizado e terá efeitos significativos na constituição do capitalismo moderno, segundo a célebre interpretação weberiana (1963, 1982). No entanto, antes da Reforma, vocação já é um conceito importante na tradição cristã.

Segundo a tradição linguística católica do medievo, o termo vocação esteve restrito ao campo da religião por séculos. Em latim tradicional, *Vocatio* tinha o sentido de chamado divino para uma vida santa e esta proeza só poderia ser alcançada com o abandono deste mundo ainda em vida. Assim, os mosteiros se tornaram o lugar, por excelência, da busca vocacionada pela santidade. Só pessoas realmente convocadas por Deus suportariam as práticas impostas no dia a dia dos mosteiros para alcançar a santidade. Não era apenas uma vida simples, a vida monástica era uma vida reclusa, isolada do convívio com outras pessoas, longe de qualquer centro urbano e submetida a austeridade e disciplina (ascese).

No interior dos mosteiros, a vida era dedicada a oração, meditação, disciplina corporal e um conjunto de atividades laborais (lavoura, cozinha, asseio e cuidado com o próprio mosteiro) seguindo um ritmo de repetição que se estendia por anos, décadas, de forma inalterada (De Vogüé, 1985). São Bento (Bento de Núrsia) foi um dos principais idealizadores desse modelo de vida religiosa vocacionada que buscava alcançar a santidade por meio de uma conduta de vida austera e repetitiva, em que o trabalho incessante era uma das principais marcas (Fried, 2003). Infelizmente, os limites físicos de um artigo não permitem pormenorizar as orientações de São Bento do ritmo de vida que os reclusos deveriam seguir para poder alcançar a salvação.

Foi Martinho Lutero quem reformulou e dessacralizou esse conceito. Ao traduzir a Bíblia para o alemão, Lutero usa o termo *beruf* para exprimir o significado de vocação: tarefa de vida confiada por Deus. Lutero amplia a aplicação do conceito, propondo que esse chamado não se restringia a apenas ao trabalho religioso, mas a todas as formas de atividade laboral (Willaime, 2005). Lutero propõe um novo entendimento do trabalho e de vocação; todo e qualquer trabalho deveria ser encarado como um chamado divino para o cumprimento de uma missão no mundo (Muller, 2005).

Para Weber, Lutero promove uma verdadeira revolução cultural de dimensões planetárias, uma vez que a profissão mundana também é alçada a um status religioso de tarefa confiada por Deus. Trabalhar *ad infinitum* e, conseqüentemente, enriquecer como resultado deste trabalho são santificados pela nova ética religiosa, inaugurada com a Reforma de Lutero e radicalizada posteriormente por Calvino. Ademais, o enriquecer como resultado do trabalho incessante passou a ser interpretado como um indício de salvação para o protestante, segundo os destilados weberianos (1982).

A nova doutrina, oriunda da reforma, condena a distinção teológica católica que separa a *praecepta* – princípios que definem a conduta no hermetismo dos mosteiros e *consilia* – princípios que orientam a conduta do fiel comum no mundo. A Reforma enfatizará justamente o contrário: toda e qualquer profissão possui o mesmo valor diante de Deus; logo, o empenho de cada um nesta atividade deve ocorrer com a mesma dedicação encontrada no trabalho religioso (Collins, 1980). Na verdade, a vida ascética dos monges perderá qualquer sentido e, portanto, credibilidade e status na nova religião com seu ascetismo intramundano. No novo mundo, dominado por uma nova

ordem econômica, o estilo de vida com sua ética do trabalho constante triunfará entre milhões de membros de certas posições sociais, conforme análises de Collins (1980) e Muller (2005).

O próprio campo da religião, em especial a dinâmica de funcionamento das organizações religiosas, será reorganizado em torno da ética do trabalho. Um trabalho sem descanso, sem pausas, mas que se mostra muito gratificante aos empreendedores da fé, embora possa ser muito exaustivo. É disso que passamos a tratar agora.

O empreendedorismo no mercado religioso: um trabalho incessante

A sociologia da religião trouxe importantes avanços nos últimos 50 anos na interpretação do campo religioso. Uma das abordagens mais significativas analisa a dinâmica da vida religiosa segundo a perspectiva da concorrência.

Entre os principais teóricos do modelo de mercado religioso estão Roger Finke, Rodney Stark, Willians Bainbridge e Laurence Iannaccone. Esses autores tentam compreender como instituições organizadas a partir de lógicas sobrenaturais consolidam-se no mundo dos homens. Segundo eles, a adesão religiosa tem semelhanças com a adesão encontrada no mercado. Partindo desse enfoque, as organizações religiosas são compreendidas como empreendimentos sociais que têm por objetivo, em primeira instância, criar, manter e trocar bens religiosos de base sobrenatural com clientes potencialmente interessados nestes bens. Para Guerra:

Se temos como objeto de estudo uma situação na qual a afiliação religiosa é uma questão de escolha individual, as organizações religiosas exercem uma real competição por membros e a “invisível mão do mercado”, ou seja, o seu nível de regulação, não pode ser desconsiderado quando queremos avaliar o eventual crescimento, estagnação ou declínio das firmas dentro de uma determinada conjuntura religiosa [...]. Da mesma forma como acontecem em análises de mercados econômicos, uma das principais variáveis dos estudos da economia da religião inspirados na lógica de mercado é o seu grau de regulação. Algumas economias são virtualmente não reguladas; outras são determinadas por um monopólio imposto pelo Estado (Guerra, 2003, p. 2).

Stark e Bainbridge (1987) asseveram que o paradigma do mercado religioso entende que todas as atividades religiosas fazem parte de uma economia religiosa ritmada por regras próprias inerentes a este mercado. Com o *disestablishment* (separação entre Igreja e Estado) em boa parte do Ocidente, as organizações religiosas passaram a depender de seus próprios esforços para sobreviver em meio a inúmeros outros grupos religiosos que competem no mercado por fiéis. As organizações religiosas batalharão para crescer e se consolidar, intensificando a competição religiosa. Elas tenderão a racionalizar suas ações, construindo modelos organizacionais adaptados ao mercado de modo a maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas, calculados aqui em termos de número de fiéis. Esse fenômeno tem impacto direto na quantidade de trabalho investido nessa atividade e no perfil de líder religioso demandado por tais organizações.

Em economias religiosas plurais e competitivas cada firma religiosa passa a ser a única responsável por seu estabelecimento, crescimento ou fracasso no mercado. Isso constringe as organizações a despenderem amplos recursos e grande quantidade de

tempo na elaboração de estratégias, seleção e treinamento de líderes capazes de trazer sucesso para si. Os concorrentes farão o mesmo, promovendo assim um dinamismo dentro do mercado diferente do que se via na situação anterior, na qual era dominado por uma única instituição que não precisava de tantos esforços assim para garantir uma clientela fixa (Carreiro, 2008).

A situação de competitividade também interfere no tipo social de líder religioso que comandará as organizações. Os trabalhos dos teóricos da escolha racional, como os de Stark e Bainbridge (1987), apontam que, em economias competitivas, as instituições religiosas não conseguem sobreviver muito tempo sem o apoio dos consumidores ou clientes, pois eles são responsáveis por sustentá-las financeira e socialmente. Como em outros mercados, a liberdade de escolha dos consumidores constrange os produtores de bens religiosos a se adaptarem e a trabalhar a partir das diversas demandas.

Para Moore (1994), as instituições religiosas influenciam e são influenciadas pelas tendências populares dentro de uma cultura marcadamente comercial como quaisquer outras organizações. O autor ainda argumenta que:

Essa definição da religião enquanto produto para o mercado, já que não existia uma força da tradição que determinasse a imediata participação dos indivíduos numa determinada religiosidade, contribui para um rápido desenvolvimento de técnicas mercadológicas, redes de distribuição e técnicas de proselitismo de tal maneira agressiva no campo religioso nos Estados Unidos, que depois foram copiadas por homens de negócio seculares e políticos. (Moore, 1994 apud, Guerra, 2003, p. 69).

Pesquisas como as de Stark e Bainbridge, Moore e Guerra, dentre outros, permitem a compreensão das semelhanças existentes entre o perfil dos líderes religiosos e o encontrado no comando das grandes organizações capitalistas, bem como o papel preponderante que a ética do trabalho exerce como força moral constrangedora de um determinado tipo de conduta da vida para aqueles que almejam o sucesso no mercado.

Vocação para o trabalho sob o escrutínio da psicanálise

As análises sociológicas sugerem que, se hoje temos um processo de seleção de líderes religiosos com perfil muito semelhante ao demandado/encontrado pelas/nas empresas capitalistas e que é esse perfil específico que garante parte do sucesso dos empreendimentos religiosos, as explicações precisam reportar à dinâmica das próprias transformações sociais.

Em outros termos, é o ambiente social e, nesse caso específico, de mercado religioso com forte competição, que cria as condições para a ascensão de determinados tipos de líder religioso com sua ética do trabalho constante no comando das organizações religiosas ou capitalistas. Consequentemente, o seu crescimento e sucesso na sociedade, bem como o impacto desse modo de vida como força constrangedora, acaba por colocá-lo como padrão a ser seguido.

O que é relevante indagar – é esta a contribuição da psicanálise ao tema aqui proposto – é: que tipo psíquico é esse? Que significados psicanalíticos podemos extrair da adesão a esse estilo de vida em que o trabalho ocupa posição central na vida

desses sujeitos? O que ela pode revelar desses sujeitos que não é captado pela teoria sociológica?

Importa, portanto, perguntar por aquele que adere à ética do trabalho. Quais as motivações psíquicas que, selecionadas dentro de um contexto limitado de opções sociais, impulsionam esses sujeitos a aderirem a esse estilo de vida? O que os mantém motivados a continuar trabalhando? O que os impulsiona a mudarem de rumo, trocando o trabalho religioso pelo secular e vice-versa? Acreditamos que uma digressão nos pormenores das teorias psicanalíticas fornecerá elementos que, em conjunto com os achados da sociologia, permitam aprofundar a compreensão do fenômeno aqui proposto. Contudo, temos consciência de que o debate que se segue constitui um pequeno apanhado no interior da teoria psicanalítica, com vistas a contribuir com as reflexões sociológicas sobre a teoria da ação e da motivação.

O trabalho incessante que se transforma em mais fiéis, mais igrejas ou mais dinheiro parece gerar satisfação, alegria e impulsiona o sujeito a mais trabalho. Em termos psicanalíticos, estaríamos diante de uma neurose de repetição?

Freud inicia seus estudos psicanalíticos sobre o campo da religião com a publicação do texto “Atos Obsessivos e Práticas Religiosas”, publicado em 1907. Um de seus objetivos, naquele momento, era estudar o que classificou como sendo os processos psicológicos da vida religiosa. Essas reflexões estão dentro do escopo teórico que podemos nomear de metapsicologia da experiência religiosa. Nesse texto, ele faz uma analogia das cerimônias religiosas com os atos pertinentes à neurose obsessiva.

É fácil perceber onde se encontram as semelhanças entre cerimoniais neuróticos e atos sagrados do ritual religioso: nos escrúpulos de consciência que a negligência dos mesmos acarreta, na completa exclusão de todos os outros atos (revelada na proibição de interrupções) e na extrema consciência com que são executados em todas as minúcias (Freud, 1996, p. 111).

Segundo esse raciocínio, a adesão ao religioso, mas não somente a ele, tem como uma das fontes principais as pulsões, pulsões estas recalcadas. À medida que esses recalques falham, surge o desejo de realizá-las, desejos que são avaliados pelos fiéis como pecados. É a busca por não sucumbir à tentação que levaria os sujeitos à construção de cerimônias religiosas e de práticas complementares, com vista a expurgar esses desejos. Segundo Freud, o religioso enfrenta diuturnamente esse conflito: obedecer às pulsões e desobedecer à lei ou obedecer à lei e renunciar às pulsões. Os rituais e as práticas religiosas realizadas repetidas vezes assumem, portanto, uma função protetora de aliviar tal conflito. Essa pequena descoberta de Freud lança luz importante à compreensão mais ampla dos sentidos internos que orientaram, por exemplo, a proposta de vida monástica idealizada por São Bento (Bento de Núrsia) ou o investimento no trabalho contínuo do fiel no seu próprio negócio (secular), sacralizado com a Reforma Protestante.

Freud não é ingênuo de acreditar que o fenômeno religioso se esgota nessa explicação e, ao longo de seus escritos posteriores, diversas outras perspectivas serão acrescentadas, de forma ora a reformular as primeiras afirmações, ora a complementar esse argumento. Sobre isso, Paul Ricoeur observa que Freud irá se interessar pelas representações “resultantes da crença, os afetos que a acompanham, o fundo pulsional que nela se encontra mobilizado” (Ricoeur, apud Mijolla-Mellor, 2004, p. 07).

Em trecho de uma correspondência entre Freud e Pfister, o pai da psicanálise aponta a sublimação em direção à religião como um importante mecanismo psíquico (Freud, carta de 09/10/1918, 1998, p. 86). Nessa carta, fica patente que Freud acreditava que a pulsão poderia ser sublimada na experiência religiosa. Noutros termos, a magnitude para que apontam as ideias e os ideais religiosos, com seus ritos, práticas, com sua ética, seriam frutos dessa energia em sua forma mais elevada. Tais ideais, que teriam “migrado” do transcendente para o imanente, mas que em Freud é produto da sublimação, são capazes de dar significação e sentido à vida daquele que crê ou que está à frente da congregação, igualmente daquele que se dedica incessantemente ao trabalho.

Essa contribuição da psicanálise ao entendimento da vida psíquica e das direções que a pulsão pode tomar ajuda a compreender a disposição dos sujeitos em direção a uma ética do trabalho contínuo, sobretudo dentro de um contexto social em que ele foi sacralizado na nova ordem econômica dominante. Há um investimento de energia dos empreendedores religiosos ou seculares em seus negócios e há um enorme prazer naquilo que se faz. Em termos psicanalíticos, há um gozo no trabalho, e é sobre os componentes deste gozo e seus significados que importa problematizar.

Em “O Mal-Estar na Civilização”, Freud problematizará o tema da busca da felicidade como princípio básico da condição humana. Segundo ele, “os homens querem ser felizes e assim permanecer”. No entanto, trata-se de uma tarefa impossível de ser realizada, um alvo impossível de ser alcançado neste mundo. Freud situou esse desejo dentro do programa do princípio do prazer, que está em total desacordo com o mundo. Na busca por felicidade, os homens se deparam mesmo é com o seu oposto. É a infelicidade que se apresenta como uma constante na vida humana. Ele cita pelo menos três fontes da infelicidade: o nosso próprio corpo, o mundo externo e o relacionamento com os outros. Na tentativa de se proteger da infelicidade, os humanos erguem algumas barreiras, sendo uma das mais importantes a sublimação. Em termos bem genéricos, trata-se de um deslocamento de libido que o aparelho mental pode realizar e realiza com certa flexibilidade quanto aos objetos de fixação. Freud cita como exemplo a alegria do artista em dar corpo às suas fantasias, a do cientista em solucionar problemas e, para os propósitos deste texto, a felicidade do trabalhador/empreendedor em ver seus negócios prosperarem. Aliás, para Freud, além da religião, o trabalho também constitui outra importante fonte de sublimação para muitos sujeitos. Sobre isso, ele observa:

Nenhuma outra técnica para a conduta de vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional, e para os relacionamentos a eles vinculados, empresta-lhes um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade. A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida, isto é, se, por meio da sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes, de impulsos persistentes ou constitucionalmente reforçados. No entanto, como caminho para a felicidade, o trabalho não é muito prezado pelos homens. Não se esforçam em relação a ele como o fazem em relação a outras possibilidades de satisfação. A grande maioria das pessoas trabalha sob a pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis (Freud, 1996, p. 87-88).

Essa perspectiva da psicanálise corrobora e amplia as análises sociológicas na medida em que apresenta outros conjuntos de motivações que empurram os sujeitos a aderirem à ética do trabalho. Desse modo, o prazer e a felicidade encontrados no trabalho, em termos psicanalíticos, são o feliz destino do sofrimento no trabalho, quando a sublimação é social e eticamente positivada no tecido social. Dejours (1993) observa que o investimento da energia pulsional no trabalho pode demandar, do sujeito que se sacrifica, um reconhecimento externo, e quando este reconhecimento acontece, ocorre a passagem do sofrimento para o prazer. Para Dejours, é essa passagem que denominamos de sublimação.

Inconsciente, ação, compulsão e impulsão

Como apontado, a sociologia se preocupa em compreender a ação dos sujeitos no tecido social referenciada analiticamente nas motivações socialmente construídas que impulsionam os sujeitos para determinados caminhos. Essa explicação, todavia, é limitada na medida em que só considera, em suas análises, os aspectos puramente sociais, descurando a dimensão fantasmática do inconsciente. Embora as estruturas sociais funcionem como balizas para as ações, existe um outro conjunto de forças que move os sujeitos a aderirem a tais ideias e valores, assim como motivos psíquicos para esta adesão.

Uma vez que a psicanálise estabelece, como foco de investigação, o inconsciente, ela subverte a compreensão da ação, colocando em relevo a força das pulsões no fluir da ação. A dimensão fantasmática do inconsciente encontra-se presente e atuante nos sujeitos, influenciando não somente pensamentos e sentimentos como também ações e decisões, desde as mais simples até as mais complexas. Desde a escolha de uma carreira (pastor, empresário, por exemplo) até decisões aparentemente banais do dia a dia.

A descoberta do inconsciente revelou que definitivamente não somos senhores de nossas ações, nem tão pouco a sociedade o é, como postulado por boa parte das ciências humanas. Isso não quer dizer que o inconsciente reine sozinho como mandatário das nossas atitudes e comportamentos. Todavia, o inconsciente encontra-se a serviço do desejo e não da volição consciente, o que abre infinitos caminhos para as motivações que orientam as ações. Passemos, portanto, a uma pequena digressão teórica sobre motivação de modo a aprofundar o debate.

A motivação e a ação

O tema da motivação aparece nos debates sociológicos com pouca profundidade e mesmo dentro da psicologia social e das teorias da administração e, apesar do surgimento de várias teorias, continua sendo um debate espinhoso que avançou pouco ao longo do último século. Não restam dúvidas de que os exemplos de pastores e líderes acima apresentados remetem para uma enorme força que ora os empurra para o trabalho religioso, ora para o mundo dos negócios seculares. Ambos os campos têm em comum uma vida de trabalho incessante. Os estudos weberianos sugeriram a constituição de

uma ética do trabalho como um valor moral que, a partir de determinado momento na história ocidental, foi positivado no interior do sistema teleológico, revolucionando a economia, o próprio Ocidente e sua visão do trabalho.

Não obstante as explicações fundamentadas nas transformações sociais e históricas da moral ocidental, importa perceber as motivações internas de quem adere a elas. Um dos problemas da explicação sociológica é o seu grau de generalização, que leva o leitor desatento a trocar muitas vezes a parte pelo todo. Weber fala da ética do trabalho como um valor moral que se torna positivado, em oposição à situação anterior, que encarava esta dimensão da vida como fruto do pecado, como castigo. No entanto, a adesão a esses valores não ocorre de modo indiscriminado por toda a população, sendo indispensável debater quais os tipos psíquicos que se encontrarão naqueles valores morais e, conseqüentemente, aderirão a eles.

Os motivos dos sujeitos encontram-se ancorados em duas dimensões psíquicas importantes, a saber: afetos e cognições. Essas duas dimensões se juntam de modo singular e formam os motivos. É a energia libidinal que permite o sujeito se aproximar do objeto de desejo (Freud, 1996b) – neste caso, o trabalho e sua ética.

Os limites de um artigo não permitem fazermos um balanço crítico das principais teorias da motivação, de modo que nos restringiremos aos achados de Herzberg (1997) que, em certo sentido, foi um dos teóricos que mais avançaram na compreensão deste tema, reformulando os achados de Maslow, Mayo e Mac Gregor, dentre outros, e tem sido utilizado em milhares de pesquisas mundo afora. Teorias da motivação, a exemplo da de Herzberg (1997), aproximam as categorias motivação e satisfação. Ele sugeriu que fatores intrínsecos ao trabalho e não ao sujeito, tais como: reconhecimento, realização, responsabilidade, desenvolvimento e progresso daquilo que se está realizando etc. constituiriam as principais causas de satisfação, e os fatores de higiene (fatores extrínsecos) as causas de descontentamento com o trabalho. Herzberg não foca o indivíduo como fonte da motivação, mas o próprio trabalho, o que lhe rendeu muitas críticas.

Alguns autores (Archer, 1997; Lemos et al., 2000) apontam para uma confusão conceitual desenvolvida por Herzberg em que fatores de motivação e fatores de satisfação seriam a mesma coisa. Do ponto de vista psicanalítico, motivação e satisfação apontam para lados opostos; são, na verdade, antitéticos. Segundo Archer, motivação basicamente é uma inclinação para uma ação que tem na sua origem um motivo, definido como necessidade. Por seu lado, a satisfação remete ao atendimento de uma necessidade ou sua eliminação. Assim, para Archer (1997, p.24) um motivador e um fator de satisfação são antíteses um do outro. Se as necessidades humanas, em sentido psicanalítico, são impossíveis de saciedade, o mais forte motivador (necessidade) será aquele que possui menor grau de satisfação, uma vez que é a falta do objeto que mobiliza a energia pulsional em direção a ele (Archer, 1997, p. 33). Nesse sentido, observa Archer (1997, p. 25), aquilo que para Herzberg é fator motivador constitui, na verdade, fator de satisfação. Subjacente ao reconhecimento que geraria motivação está, na realidade, a demanda por afeto. Todos os fatores motivadores apontados por Herzberg são, na verdade elementos geradores de preenchimento de uma necessidade e, portanto, fatores de satisfação.

O debate no interior da teoria psicanalítica sugere que a motivação não nasce de elementos externos, mas é gerada essencialmente dentro do próprio sujeito como

resultado de uma falta. Assim, em termos psicanalíticos, uma pessoa nunca pode motivar outra. Aquilo que se faz e se nomeia de motivação é, na verdade, uma tentativa de produzir satisfação. Observa Archer que satisfazer e motivar são coisas tão distantes e antitéticas que, uma vez que determinadas coisas são satisfeitas, há a diminuição da tensão da necessidade (uma forma de saciedade), diminuindo, portanto, a motivação. Assim, quanto mais satisfeito está o sujeito, menos motivado ele se encontra.

Os pastores-empresários e/ou empresários/pastores que entrevistamos parecem nunca estar no polo da satisfação, mas no da motivação. A busca em diferentes objetos (profissões / igreja, pizzaria, restaurante, churrascaria etc.) por algo que nem eles mesmos sabem o que é – como resultado da falta – é a força motivadora. Uma força que, por definição, não se fixa em um objeto específico por muito tempo; pelo contrário, migra de objeto em objeto, impulsionando os sujeitos a continuarem buscando a tão desejada satisfação. Em alguns casos, quando a energia pulsional consegue se fixar em um objeto determinado (trabalho), pode gerar, por um lapso de tempo, algum grau de satisfação que diminui consideravelmente a energia pulsional investida, resultando em algo parecido com saciedade, que, por definição, é contrária à motivação e, portanto, algo inconscientemente indesejado. Mas, como o que motiva é a falta – um objeto fantasmático –, todo e qualquer substituto é provisório, de modo que energia pulsional empurrará o sujeito para novas buscas.

Aqui, gostaria de fazer uma pequena digressão teórica, mesmo que *en passant*, de modo a fazer uma distinção entre compulsão e impulsão, e poder circunscrever melhor teoricamente o debate dentro da segunda categoria e como o trabalho surge como objeto de fixação da energia pulsional.

O trabalho como impulsão

Uma parte significativa dos debates sobre compulsão a vincula aos diversos sintomas obsessivos: cadeias de pensamentos ou ações a que os sujeitos ficam presos ou são conduzidos a realizar, mas que lhes parecem estranhos e sem sentido. No diagnóstico da compulsão, constata-se a existência de uma força interna poderosa que empurra o sujeito para determinadas direções, mesmo contra sua vontade. Mas as repetições de pensamentos e ações não são a compulsão; são, na verdade, o sintoma, a saída encontrada pelo sujeito diante de um conflito interno entre forças espectrais que tentam subjugar-lo a fazer algo e sua recusa a realizá-las justamente por não ver sentido naquela estranha necessidade que se impõe. Para Freud, a compulsão “é a compensação da dúvida que se produz como uma espécie de vazamento” (Hanns, apud Gondar, 2001).

A impulsão, por sua vez, diz respeito a outro conjunto de coisas e a outras estruturas. Seu funcionamento está ancorado e comprometido com a satisfação pulsional que se manifesta nas ações. Para Rabinovich (2004, p. 60), “elas dizem respeito às apresentações do sujeito do lado da pulsão, não do desejo, e o sujeito da pulsão é um sujeito mudo, cuja demanda é muda”. O essencial no estudo das impulsões são os significados dos atos em oposição aos significados dos atos sintomáticos da compulsão. Lacan sugere que, no caso da impulsão, “o ato é uma aposta que o sujeito faz sem o

Outro” (Rabinovich, 2004, p. 18). As ações compulsivas são encarnações do sintoma e remetem ao retorno do recalcado com vista a satisfação pulsional nunca alcançada (Assoun, 1996), incluída, portanto, dentro das estruturas neuróticas. Por sua vez, as impulsões são os próprios atos em si e ensimesmados, aos quais o sujeito também não pode renunciar. Mas, diferentemente da compulsão – em que ele pode agir como uma compensação –, aqui ele suscita um gozo direto e, por isto mesmo, os emudece e coloca em suspenso. A impulsão é, portanto, a tentativa de satisfação pulsional que emerge diretamente por intermédio do próprio ato e não por meio de um substitutivo (Rabinovich, 2004). Se seguirmos esse raciocínio de Rabinovich, a estruturação de uma vida em torno da ética do trabalho adotada por determinados sujeitos não estaria no polo da compulsão, mas da impulsão.

O trabalho constante – o trabalho vocacionado, eticamente orientado tal qual a célebre análise weberiana – embora possa ser religiosamente um meio para alcançar um fim (o paraíso e/ou a santidade), e sociologicamente resultado da vitória de uma nova ética que revolucionou o Ocidente, ou ainda um ato compulsivo, fruto de estruturas neuróticas, pode ser analisado também dentro de uma estrutura impulsiva. Como impulsão, ele é o próprio fim, e quem o pratica demonstra uma felicidade enorme, um regozijo impossível de disfarçar, embora ele venha a lhe causar dor, sofrimento por aquilo que ele exige do corpo.

Esse trabalho constante, quando diagnosticado a partir da impulsão, não é pré-requisito para a recompensa, mas a própria recompensa, porque ele se tornou o próprio objeto de desejo e não o substituto, por meio do qual se realiza o gozo.

Quando analisado pela ótica da impulsão, o trabalho ganha novos significados que merecem nossa atenção: a recompensa resultante do trabalho, (a conquista do paraíso por meio da conduta ascética, o lucro do capitalista, a adesão a uma ética religiosa, etc.) funcionam como um subterfúgio, uma desculpa, uma cortina de fumaça para a contínua dedicação a atividade laboral, para o apego ao trabalho. Como a santidade nunca será alcançada nessa vida – como desejado pelo monge –, tampouco a certeza da salvação – como buscado pelo protestante ascético – e o dinheiro nunca será suficiente para o capitalista, o trabalho incessante pode continuar, a energia pulsional continuará elevada empurrando o sujeito para mais trabalho, mesmo que a forma deste trabalho possa se deslocar (do religioso para os negócios seculares ou outras formas). E, na verdade, o normal é que realmente ocorra o deslocamento, uma vez que em algumas atividades o sucesso alcançado pode provocar uma diminuição da energia investida. A mudança de profissão ou atividade laboral funcionaria como estratégia ou gatilho acionado pela estrutura psíquica para manter tal energia elevada e fixada no trabalho, seja ele qual for.

É a pulsão fixada no objeto trabalho que permite, do ponto de vista psicanalítico, compreender a ação dos sujeitos e sua “ética do trabalho constante”. Ela tem como característica essencial uma força constante e ininterrupta e não apenas momentânea (Freud, 1982b, p. 127) sendo, portanto, o conteúdo primevo e gerador do motivo. Para Abreu (1998, p. 74): “Os motivos se constituem pela capacidade de ativarem e de mobilizarem a energia do organismo”. Relembro a fala de Freud quando afirma que, embora o objetivo da pulsão permaneça imutável, infinitos caminhos podem ser escolhidos para que essa energia continue atuando intensamente e, não obstante, ela

sempre vai remeter a um objeto, aquela coisa em relação a qual ou através da qual ela é capaz de atingir sua finalidade.

Trabalho e gozo

Uma última questão se coloca antes de encerramos essa reflexão: no debate sobre impulsão e sua relação com o trabalho, o que querem esses sujeitos que fixam suas energias nesse objeto? Uma possibilidade de responder psicanaliticamente esta questão é apontarmos para o gozo. Se não for assim, vejamos.

O conceito de gozo é central no pensamento lacaniano e uma de suas mais importantes contribuições a esse campo de investigação. Ele permite uma articulação frutífera entre sociologia e psicanálise, na medida em que problematiza a cultura, as obras humanas como resultado de uma busca pela completude que nunca se alcança, porque sempre falha, mas retorna novamente. Para Žizek, o gozo encontra-se no interior das interações sociais permeando a cultura e a política, a esfera do trabalho e as relações nela estabelecidas, e não apenas a vida psíquica individual (Daly, Žizek, 2006).

No seminário 7 (1997), Lacan faz uma definição preliminar do gozo como a satisfação da pulsão em sua dimensão real, não imaginária, não simbólica. Lacan entende o gozo como aquele que se contrapõe ao desejo e ao prazer (Braunstein, 2007, p. 17). Uma forma didática de entender o gozo é colocá-lo em um polo de análise e contrastá-lo com o prazer e o desejo no outro polo (Braunstein 2007 p. 16). As análises de Lacan, Braunstein e outros situam o gozo do lado de *Das Ding* – da Coisa – aquele objeto da primeira experiência de satisfação do bebê, inscrito psiquicamente por meio de cacos rudimentares de percepções, reminiscências que remetem a tal experiência.

O desejo, por seu lado, diz respeito ao Outro, à cena inconsciente. Ele surge a partir do encontro do sujeito com seu próximo e tem como princípio organizador da estrutura psíquica a experiência de satisfação. O movimento sempre será em direção à busca da eliminação da tensão interna. Lacan introduz nesse debate a noção de demanda. A demanda do sujeito desejante é sempre direcionada ao Outro. A satisfação, portanto, nunca é autônoma, mas subordinada a resposta desse Outro. Acrescenta-se a isso o fato de que, como o objeto desejante não é real, portanto, inatingível, pois, como observa Freud, está desde sempre perdido (aquela primeira experiência de satisfação com a mãe nunca retornará), o sujeito desejante encontra-se eternamente insatisfeito e os fragmentos de satisfação que consegue alcançar ainda dependem deste Outro.

Essas muitas interdições que se colocam entre o sujeito desejante e sua ilusão de uma satisfação universal subjagam-no às regras do jogo que envolvem um Outro, do contrário, nem isto. Entender o desejo dentro dessa estrutura é, para Lacan, colocá-lo no polo da Lei, porque existe esse Outro que se impõe e se coloca entre o sujeito desejante e sua satisfação. Este não é o caso do gozo.

O gozo é o oposto do desejo, estando além do princípio do prazer; e ele remete à Coisa e não ao Outro. Uma vez que não existe o Outro, no gozo o sujeito emudece, daí o diálogo com a impulsão. O gozo é a demanda pela satisfação universal. Partindo das reflexões freudianas sobre “Além do Princípio do Prazer”, Lacan caracteriza o gozo

como da ordem do excesso, um impulso desenfreado para o prazer que gera repetição, desprazer, sensações devastadoras e dor, dor no corpo que podem levar o sujeito ao desequilíbrio e à morte, já que, para que ocorra plenamente, implicaria a superação do desejo e, portanto, a inexistência da Lei. Não por acaso, o gozo sempre vai remeter a pulsão de morte. Em “O Mal-estar na Civilização”, Freud sugere que a pulsão de morte é o que está por trás de todos os movimentos do homem no sentido da eliminação de seu semelhante, das formas de violência, da agressão, guerras, enfim, de todas as formas de destruição, – mas também criação – que perpassam a vida no tecido social. Assim, a noção de gozo permite pensar a vida social, as obras humanas, o *labor*, o *travail* como resultado dessa busca pela satisfação universal que é criadora, mas também destruidora.

Retomando: se o desejo está do lado do Outro, o gozo está do lado da Coisa que, em última instância, é a vontade de possuir o objeto do incesto interdito desde sempre e que cria a ilusão de que, se possuído, poder-se-ia alcançar a satisfação universal, mas, também o sofrimento eterno, tal qual a célebre análise edípica (Freud, 1974a, 1974b, 1974c, Freud, 1974e, Freud, 1974f) e do assassinato do pai primitivo, explicitado em “Totem e Tabu” (Freud, 1974d), que instaura a interdição da lei do incesto, permitindo a passagem da animalidade à cultura (Lacan, 1985, 1997).

Segundo esse raciocínio, o desejo é a defesa que se ergue entre o sujeito e o gozo, evitando que se ultrapasse esse limite (limite da humanidade, da cultura); por isto, ele se encontra do lado da Lei. É um limite ao gozo, e, embora não promova a satisfação universal, oferece a diminuição da tensão para que a vida permaneça (vida individual e social). O prazer entra, aqui, do lado do desejo, agindo como um limitador ao gozo.

O que se diz do prazer? Que ele é a excitação mínima, aquilo que faz desaparecer a tensão, tempera-a ao máximo, ou seja, então, que é aquilo que nos pára necessariamente a um ponto de distanciamento, de distância bastante respeitosa do gozo (Lacan, 1966/2001, p. 12).

Em que aspectos esse debate nos é útil para pensar nosso objeto específico, a ação humana de apego ao trabalho como impulsão?

Ora, o trabalho como impulsão é o objeto do gozador, aquele objeto que recebeu autorização universal (social) para ser desfrutado, gozado sem limites, sem recriminação, sem Lei. Esse objeto social se tornou, no Ocidente, objeto de gozo. No entanto, Lacan define gozo como uma síntese da falta – a eterna busca do que nunca se vai encontrar –, a ilusão de completude que se transforma em uma eterna busca do sujeito. Os objetos da impulsão (o trabalho, por exemplo), como objetos de gozo, são perfeitos substitutos do objeto perdido para sempre e, por meio dele, alcança-se satisfação sem que haja punição social, mas não sem consequências. Importa salientar que é uma satisfação da necessidade, não da pulsão, uma vez que esta nunca será satisfeita, não importa o objeto.

Não podemos nos esquecer, entretanto, de que o gozo dialoga com a pulsão de morte (força destrutiva, mas também criativa). Nada destruiu mais os humanos do que o trabalho criativo; as grandes obras humanas são exemplos disso. Freud (1996b, p. 58) sugere que a pulsão de morte “parece expressar-se, mesmo que parcialmente, como uma pulsão de destruição dirigida tanto ao mundo externo quanto a outros organismos”. Nesse mesmo texto, o pai da psicanálise reanalisa alguns casos clínicos afirmando que,

no decorrer da condução, algo se impõe contra a melhora dos pacientes, como se a cura fosse interpretada como sinônimo de perigo. Assim, para analisando, a necessidade da doença se sobrepõe à vontade da cura. O paciente toma ciência da doença, mas se recusa a qualquer tipo de melhora (Freud, 1996b, p. 62). Freud interpretará essa situação dentro de uma estrutura moral que remete a um sentimento de culpa, que está encontrando sua satisfação na doença e, assim, o sujeito se recusa a abandonar a punição do sofrimento.

O que, para Freud, é uma culpa silenciosa que não aparece à consciência do analisando, será interpretado por Lacan como gozo (Lacan, 1992, p. 47). O paciente, na verdade, encontra-se em uma estrutura de gozo na doença. Um gozo que demanda castigo autoimposto (*travail, labor*), mas que também pode ser imposto a outro¹; afinal de contas, é da Coisa que se está falando. Gozar implica também pagar um preço. O excesso, a repetição, a dor infligida sobre si e sobre o próximo, o risco à vida, é nisto que consiste o gozo. O trabalho analisado sob a ótica da impulsão e do gozo é um trabalho que também pode matar e mata porque escraviza – o outro e a si mesmo – dentro de uma estrutura de repetição, que leva o corpo ao limite e mais além, e o sujeito que se encontra nesta estrutura se recusa a parar, tal qual os pacientes analisados por Freud.

Os destilados de Rabinovich vão na mesma direção apontada por Lacan, sugerindo que os objetos revestidos da pulsão e classificados dentro do quadro da impulsão e não da compulsão fazem limites com a dor, dor no corpo que o sujeito se impõe como no caso da atividade laboral incessante, por exemplo. O quadro se agrava na medida em que há uma chancela social que permite e estimula o sujeito a apegar-se a esse objeto como objeto de gozo.

Por fim, o gozo no trabalho é um gozo autoerótico, pois estabelece uma relação direta do sujeito com o objeto sem intermediação do significante. Braunstein (2007) sugere que esse tipo de gozo pode ser encontrado entre os usuários de drogas quando estas ocupam uma função autoerótica; ao ser injetada pelo usuário, a droga o conecta a um gozo que não passa pelo corpo do outro. Para Rabinovich (2004), trata-se de algo vinculado à pulsão e não ao desejo nem ao sintoma, não se submetendo, portanto, aos limites impostos pelo princípio do prazer. Esse parece também ser o caso do trabalho quando diagnosticado/analísado pela via da impulsão e do gozo. Por meio desse objeto, os sujeitos constroem vias masturbatórias viciantes em busca não do prazer, mas de um gozo universal.

Conclusão

A sociologia, de um modo geral, está interessada no comportamento manifesto, na adesão em larga escala ou nos fluxos que se constroem entorno de determinadas ideias, valores e sistema de crenças, bem como os efeitos sociais, econômicos, políticos, éticos

¹ Para Lacan (1987), o gozo possui uma dimensão sadomasoquista. Um raciocínio semelhante também é encontrado em Freud (1982b). Os limites físicos do artigo não nos permitem avançar nesse pormenor, de modo que só podemos registrar aqui a existência desse debate.

e morais resultantes dessa adesão. Noutros termos, ela está preocupada com aquilo que é visível e mensurável, manifesto em instituições, leis, modos de pensar, de sentir e de agir. Marx fala da força da infraestrutura econômica modelando a superestrutura jurídica, política e, sobretudo, ideológica. Max Weber, por sua vez, propõe uma sociologia das ideias e seu impacto nas transformações do Ocidente. Não muito distante disso, Bourdieu tenta entender o impacto das estruturas estruturantes (Hábitos, Práticas, Visão de Mundo) como dispositivos capazes de reproduzir a ordem social sem grandes sobressaltos. O trabalho constante é uma realidade que se impõe a milhões de pessoas no mundo, sobretudo graças às muitas vitórias do capitalismo ao longo de séculos, que foram capazes de moldar o sistema – mundo. No entanto, ser obrigado a trabalhar oito, nove, dez ou catorze horas por dia não é a mesma coisa que gostar de trabalhar até o corpo não aguentar mais, até que a morte venha visitar mais cedo em razão desse estilo de vida autoimposto.

A abordagem sociológica não detecta os distintos significados que cada sujeito atribui quando adere a um valor, ideia, prática, ideologia ou estilo de vida. É claro que os fenômenos sociais têm seu papel e influenciam as decisões (sociedade de consumo, estilo de vida, publicidade, propaganda, indústria cultural, cultura de massa, fetiche da mercadoria). Todavia, a explicação sociológica encontra-se em um grau tão elevado de abstração que esquece o fato de que o tecido social é composto por sujeitos desajustados, que atribuirão significados muito distintos aos mesmos objetos e suas ações terão significados próprios em cada interação com a estrutura social. Por essa razão, a meta-explicação sociológica sequer arranha o núcleo onde se formam os conteúdos que movem o sujeito, restringindo as análises ao comportamento manifesto e as obras resultantes dele.

Por outro lado, o trabalho psicanalítico, em especial a metapsicanálise do inconsciente, não pode ser uma análise ensimesmada porque o inconsciente não é autônomo nem descolado das estruturas sociais, dos valores de uma época, da história. Os objetos a que adere a pulsão são sociais, as ideias obsessivas que assombram o neurótico são construídas no tecido social. Embora não se possa dizer que o inconsciente esteja completamente prezo ao tecido social, a ordem social se coloca como parâmetro para sua atuação.

A análise da ação precisa levar em consideração estas duas ordens que governam os sujeitos: as forças sociais e as forças pulsionais. Uma perspectiva não anula a outra; antes, podem ser complementares, complexificando e adensando a compreensão dos fenômenos sociais manifestos nos comportamentos humanos.

Referências

ABREU, M. V., Cinco Ensaios sobre a Motivação. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

ARCHER, E. A. (1997), O Mito da Motivação. In: BERGAMINI, C.W. e CODA, R. (Orgs.) Psicodinâmica da Vida Organizacional. São Paulo: Atlas.

- ASSOUN, P. L. *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- BOURDIEU, P., *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus. 1996
- BOURDIEU, P., *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Perspectiva. 1987.
- BRAUNSTEIN, N., *Psiquiatria, teoria del sujeto, psicoanálisis (hacia Lacan)*. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- BRAUNSTEIN, N., *Gozo*. São Paulo: Escuta, 2007.
- CARREIRO, G. S., *A Desinstitucionalização do Sagrado: Um estudo sobre o pentecostalismo celular do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Brasília. UNB, 2003.
- CARREIRO, G. S., *Mercado Religioso Brasileiro: do monopólio à Livre Concorrência*. São Paulo: NELPA. 2008
- CARREIRO, G. S., *Evangélicos Urbanos do Brasil*. São Luís: Editora UFMA, 2017.
- CARREIRO, G. S., *Estado e Religião no Brasil: Pensando a Singularidade da Laicidade Brasileira*. In: CARREIRO, G. S.; SANTOS, L.A. FERRETTI. S F.; SANTOS, T. L.. (Org.). *Religião, Carisma e Poder: As formas da Vida Religiosa no Brasil*, 1ª ed., São Paulo: Paulinas, 2015, v. 10, p. 105-118.
- COLLINS, Handall. *Weber's Last Theory of Capitalism: A Systematization*. In: *American Sociological Review*, Vol. 45, No. 6, Dec., 1980, p. 925-942.
- DALY, G; IZEK, S. *Arriscar o Impossível: conversas com Zizek*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DE VOGÜÉ, Adalbert. *Turnhout: Typologie des sources du Moyen Âge occidental*. Brepols, 1985.
- DEJOURS, C. *Uma Nova Visão do Sofrimento Humano nas Organizações. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, v. 1, 1993, p. 149-173.
- DAMERGIAN. S. *O Inconsciente na Interação Humana*. Psicologia-USP. São Paulo 2. (1/ 2) 65-76. 1991.
- FRIED, J., *Le Passé à la merci de l'oralité et du souvenir. Le baptême de Clovis et la vie de Benoît de Nursie*. In SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (Orgs.). *Les tendances actuelles de l'histoire du moyen âge en France et en Allemagne: Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)*. Paris: Ed. Sorbonne, 2003.
- FREUD, S., *O Inconsciente*. E.S.B. Rio de Janeiro: Imago, 1982a.
- FREUD, S., *As Pulsões e seus Destinos*. E.S.B. Rio de Janeiro: Imago, 1982b.

FREUD, S., (1996a). Além do princípio do prazer. In Obras completas de Sigmund Freud. ESB (vol. XII, pp. 11-76. Rio de Janeiro: Imago. 1996 (Publicado originalmente em 1920).

FREUD, S., (1996b). O Mal-Estar na Civilização. In Obras completas de Sigmund Freud. ESB (vol. XXI, pp. 65-148). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado originalmente em 1930).

FREUD, S., (1996c). Atos obsessivos e práticas religiosas. Rio de Janeiro. In: Obras completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1907).

FREUD, S., (1974a). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: Obras completas de Sigmund Freud. ESB (Vol. XIX, pp. 177- 186). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923).

FREUD, S., (1974b). A dissolução do complexo de Édipo. (J. Salomão, Trad.). In: Obras completas de Sigmund Freud. ESB. (Vol. XIX, pp. 215-226). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924).

FREUD, S., (1974c). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. (J. Salomão, Trad.). In: Obras completas de Sigmund Freud. ESB (Vol. XIX, p. 303-322). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925).

FREUD, S., (1974d). Totem e Tabu. (J. Salomão, Trad.). In: Obras completas de Sigmund Freud. ESB. (Vol. XIII, pp. 13-168). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913).

FREUD, S., (1974e). Sexualidade Feminina. (J. Salomão, Trad.). In: Obras completas de Sigmund Freud. ESB (Vol. XXI, pp. 257-282). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1931).

FREUD, S.(1974f). Feminilidade – conf. XXXIII. (J. Salomão, Trad.). In: Obras completas de Sigmund Freud. ESB (Vol. XXII, pp. 113-134). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933).

FREUD, S. (1976) Porque a Guerra? Rio de Janeiro: Imago. v. XXII. (Originalmente publicado em 1933)

FREUD, E. & MENG, H. (Orgs.) Cartas entre Freud e Pfister: um diálogo entre a psicanálise e a fé cristã. Viçosa: Ultimato, 1998.

GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 1989.

GONDAR, J. Sobre as Compulsões e o dispositivo Psicanalítico. *Ágora* (Rio J.) vol.4 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2001.

GUERRA, L. Mercado Religioso no Brasil: competição, demanda e a Dinâmica da esfera religiosa. João Pessoa, Idéia. 2003.

- HERZBER, F. One more time: how do you motivate employees? *Harvard Business Review*, set/out, 1987.
- HODGSON, G. M. *Economia e Instituições*. Oeiras. Celta, 1994.
- KOFFKA. K. *Princípios de Psicologia da Gestalt*. São Paulo. Cutrix. 1975.
- LACAN, J. *O seminário, Livro V: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999 (Publicado originalmente em 1957-1958).
- LACAN, J. (1997). *O Seminário, Livro VII: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Lições originalmente pronunciadas em 1959-1960).
- LACAN, J. (2001). *O seminário. Livro 14. A lógica da fantasia* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho originalmente publicado em 1966-1967).
- LACAN, J. (2005) *O Seminário, Livro X: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho originalmente publicado em 1962-63).
- LACAN, J. 1992. *O Seminário, Livro XVII: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho originalmente publicado em 1969-1970).
- LACAN, J. 1985 *O Seminário, Livro XX: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho originalmente publicado em 1972-1973).
- LEMOS, M. S. et al. *Estratégias de motivação em adolescentes*. *Psicologia: teoria, investigação e prática*, v. 1, p. 41-55, 2000.
- MASLOW, A. H. A theory of human motivation. *Psychological Review*, p. 370-396, 1943.
- MELMAN, C. *O Homem Sem Gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003
- MIJOLLA-MELLOR, S de. *A Necessidade de Crer*. São Paulo: Unimarco, 2004
- MOORE, L. *Selling God. American Religion in the Market space of Culture*. New York. Oxford University Press, 1994.
- MULLER, Hans Peter. Trabalho, profissão e “vocação”; o conceito de trabalho em Max Weber. In: In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005. p. 234-255.
- OLIVEIRA, A. e FOINA, A. A theory of Religion de Rodney Stark e Sims Bainbridge. In *Sociedade e Estado*, Vol. XIV, N. 1, janeiro-junho de 1999. Ed UNB, Brasília.
- RABINOVICH, D.. *Clínica da pulsão: as impulsões*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- SIMON, H. A. *Models of Man: social and rachional*. New York: Wiley, 1987.

STARK, R. y BAINBRIDGE, W. S. *A Theory of Religion*. New Brunswick, NJ: Rutgers University of California Press, 1987.

WEBER, M., *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo e Campinas, Cortez e Ed. da Unicamp, Vol. 1, 1992.

WEBER, M., *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M., *As seitas protestantes e o espírito do capitalismo*. In: GERTH, H. H.; MILLS, W. (Orgs.) *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro 5. Editora Guanabara. 1982. p. 347-372.

WEBER, M., *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, V. I, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.

WEBER, M., *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB, Vol 2., 1999.

WEBER, M., *Ensaio de sociologia*. Organização e introdução de H. G. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963.

WILLAIME, Jean-Paul. *As reformas e a valorização religiosa do trabalho*. In: MERCURE, D.;

SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 63-87.

Recebido em: 03/11/2022

Aprovado em: 27/10/2023

Editora responsável: Patrícia R. Souza